

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 611.214 MINAS GERAIS

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
ADV.(A/S) : **ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECDO.(A/S) : **ROSELY MARIA LUZIA FRAGA**
ADV.(A/S) : **ANDRÉ CAMPOS DE FIGUEIREDO SILVA E OUTRO(A/S)**

DECISÃO :

O recurso extraordinário não pode ser provido, uma vez que não reúne condições para a sua admissibilidade.

Ainda que se pudesse superar a ausência das hipóteses de cabimento do recurso, as razões aduzidas pelo recorrente conflitam com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO
Relator